



Anais da Assembléia

Nº 069

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - Suplentes: Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; PST - 8: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; PRN - 04: Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; PFL - 08: Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - Suplentes PFL e PRN: Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; PDT - 06: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Sales Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - Suplentes: Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Villela; PTB - 06: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; PSDB - 04: Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hernas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - Suplentes: José Boiko - Paulino José Delazeri; PT - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Suplentes: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Meilo; PL - 03: José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; Deputados Licenciados: Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado; Djailma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lourenço Fregonse, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Dirceu Manfrinato, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Alves, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Rafael Greca de Macedo e Severino Félix (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 131/92
Senhor Presidente.

Em razão de compromissos assumidos em consequência dos fortes vendavais que castigaram a região, solicito justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares em Plenário neste dia 25 de maio.

Certo da compreensão de Vossa Excelência, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) ARLINDO TROIAN

OFÍCIO Nº 419/92

Senhor Presidente.

Devido a compromissos assumidos na Região Noroeste do Paraná, comunico a Vossa Excelência a impossibilidade de estar presente aos trabalhos legislativos, em Plenário, neste dia 25 de maio, razão pela qual solicita justificativa à minha falta.

Certo de poder contar com a compreensão de Vossa Excelência, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) MÁRIO BEZERRA

OFÍCIO Nº 147/92/GLG/PMDB

Senhor Presidente.

Solicito a Vossa Excelência as providências necessárias no sentido de que seja justificada a ausência do Deputado Severino Félix das sessões plenárias de hoje e amanhã, 25 e 26.05.92, tendo em vista que aquele parlamentar, encontra-se no interior do Estado, acompanhando comitiva governamental, em atendimento aos interesses desta liderança do Governo e PMDB.

Sendo o que havia para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) ORLANDO PESSUTI

OFÍCIO Nº 610/92

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência a minha impossibilidade de estar presente às Sessões Plenárias de 26 a 28 do corrente mês de maio, devido compromisso inadiável assumido junto aos organizadores, de participar da II EXPOCISA, da cidade de Santa Helena, neste Estado, razão por que solicito justificativa aos trabalhos parlamentares.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) ELIO RUSCH

OFÍCIO Nº 657/92

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar-lhe que nos dias 25 e 26 do corrente, estarei ausente nas sessões plenárias, onde devo participar de assinatura de Convênio entre a Secretaria de Estado dos Transportes e Municípios que represento neste Poder.

Sendo o que se apresenta, antecipo meus agradecimentos e reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) SEVERINO FELIX

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 372/91, que cria na cidade de Castro, o Curso de Graduação em Medicina Veterinária.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO Nº 761

Senhor Presidente.

Tem esta a finalidade de comunicar a Vossa Excelência e aos nobres Parlamentares dessa Casa de Leis, que estarei ausente às sessões legislativas dos dias 25, 26, 27, 28 e 29 de maio do corrente ano, por necessidade de me fazer presente em Brasília, juntamente com um Deputado Federal, em audiência com o Ministro dos Transportes, tratando de assuntos do interesse da região de Maringá.

Como a viagem será feita de veículo, terei que permanecer fora por estes dias.

Por estas razões peço justificar minhas faltas às sessões legislativas destes dias.

Sem outro particular, apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.05.92.

(a) JOSE ALVES

REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo infausto passamento de KALIL KARAM FILHO, ocorrido no dia 24 de maio próximo passado, nesta Capital.

Árbitro de futebol, KALIL KARAM FILHO revelou-se um dos mais sérios e dedicados profissionais do esporte paranaense, sendo reconhecido nacionalmente pelas suas intocáveis atuações.

No momento em que registramos nos Anais deste Poder o passamento de KALIL KARAM FILHO, queremos também manifestar à família daquela ilustre figura, nossos sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 25.05.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 772

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, que sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Doutor KARLOS RISCHIBIETER, pela assunção da presidência da Câmara do Comércio Brasil-Israel, ocorrida no dia 22 de maio próximo passado.

Homem de muitos serviços prestados à Nação e detentor de inigualável cabedal de conhecimentos e relações em todo o mundo, o Doutor Karlos Rischbieter, ex-Ministro de Estado, emprestar-se-á agora, além de outras funções que competentemente desempenha, a estreitar e incrementar as relações comerciais entre Brasil e Israel.

Que esta proposição manifeste não apenas nossos cumprimentos ao Doutor Karlos Rischbieter, como também votos sinceros de êxito para alcance dos objetivos da entidade supramencionada.

Sala das Sessões, em 25.05.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa, ao Excelentíssimo Senhor Fernando Collor de Mello, Digníssimo Presidente da República, solicitando a adesão do Brasil ao "Pacto de San José", sancionando a deliberação do Congresso Nacional, favorável à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, instituído pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969.

Sala das Sessões, em 25.05.92.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa solicitar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a sanção da adesão do Brasil ao "Pacto de San José", que veda a instituição da pena de morte no País.

O "Pacto" foi aprovado pelo Congresso Nacional no dia 07 de maio p. p., três anos após a Mensagem ser encaminhada pelo então Presidente José Sarney.

Este "Pacto", é a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, que foi instituído pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, e já reconhecido por 22 Países signatários.

REQUERIMENTO Nº 766

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa, via fax, ao Deputado Nei Lopes, na Câmara dos Deputados, solicitando que o nobre Parlamentar acate a proposta do Conselho Brasileiro de Fitossanidade - COBRAFI, ao Projeto de Lei nº 824/91, do qual é Relator.

Sala das Sessões, em 25.05.92.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Os participantes do "I Simpósio sobre

Propriedade Intelectual na Agricultura e Proteção de Cultivares", promovido pelo Conselho Brasileiro de Fitossanidade - COBRAFI, em Brasília, de 4 a 7 de maio de 1992, expressam suas preocupações quanto ao conteúdo do Projeto de Lei nº 824/91. Essas preocupações se fundamentam nos seguintes aspectos:

a) desde o início das discussões sobre a proposta para uma nova Lei de Propriedade Industrial, ficou patente a necessidade de se excluírem de seu texto questões ligadas a variedades vegetais, animais e microorganismos. Estes deveriam ser excluídos, sempre que sua aplicação se referisse a atividades de pesquisa e a produtos da agricultura;

b) conforme o texto submetido à apreciação do Congresso Nacional, o Projeto pressupunha a abrangência de variedades vegetais, animais e microorganismos desde que ostentassem modificação induzida via processos microbiológicos em sua estrutura genética;

c) no caso específico de variedades vegetais, cria-se a dificuldade de se poder conferir dupla proteção. Contudo o Conselho Brasileiro de Fitossanidade - COBRAFI, à semelhança de muitas outras instituições privadas e públicas brasileiras, propugna que plantas sejam somente protegidas por uma lei de cultivares (ou do direito dos melhoristas). Ora, uma planta que resulta de processos não essencialmente biológicos denominada transgênica, pode ser patenteada. Por outro lado, por ser uma nova variedade vegetal, também pode se beneficiar dos privilégios concedidos através da lei de cultivares. Para evitar essa dupla proteção da lei de Propriedade Industrial;

d) os microorganismos possuem capacidade de alterar espécies vegetais e raças animais. Nesses casos, devem ser executados de qualquer forma de proteção à propriedade intelectual;

e) o patenteamento de "organismos vivos não reflete a distinção que nossa sociedade vem fazendo, tradicionalmente, entre seres vivos e inanimados, entre animais e máquinas";

f) no Brasil, como na maioria dos Países em desenvolvimento, não existe uma história de proteção aos organismos ligados às atividades de agricultura. A não existência de estudos que avaliem os impactos desse tipo de legislação, recomenda ser prudente restringir o âmbito de abrangência de um diploma legal, notadamente quando o mesmo se refere à proprie-

dade industrial;

g) conforme evidenciado em recente conferência do Parlamento Europeu, os Países desenvolvidos serão os maiores beneficiários de uma lei de patenteamento, visto estarem num estágio mais avançado de desenvolvimento da biotecnologia.

A partir da justificação contida nos itens acima, o Conselho Brasileiro de Fitossanidade - COBRAFI, sugere as seguintes modificações ao Projeto de Lei de Propriedade Industrial.

O Conselho Brasileiro de Fitossanidade é constituído pelas seguintes entidades: Sociedade Entomológica do Brasil; Sociedade Brasileira de Fitopatologia; Sociedade Brasileira de Herbicidas e Ervas Daninhas; Sociedade Brasileira de Nematologia; Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Agropecuária; Sociedade Brasileira de Virologia; Grupo Paulista de Fitopatologia; Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior - ABEAS; Associação Brasileira de Produtores de Semente; Associação Brasileira de Tecnologia de Semente; Associação Brasileira Para o Progresso da Ciência - SBPC; Fundação Pronatura e Sociedade de Olericultura do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 770

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente do Poder Legislativo do Estado, ao Senhor Superintendente da Rede Ferroviária Federal S/A, solicitando estudos a fim de viabilizar solução para os transtornos causados à população, como a poluição sonora, prejuízos ao crescimento ordenado dos bairros e trágicos acidentes, além de problemas de tráfego, pela linha ferroviária Rio Branco/Curitiba, dentro do perímetro urbano desta Capital.

Requer, outrossim, que do presente seja enviada cópia ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Affonso Alves de Camargo.

Sala das Sessões, em 25.05.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

FERROVIA RIO BRANCO-CURITIBA

1. INTRODUÇÃO

A linha ferroviária Rio Branco-Curitiba atravessa áreas da cidade de Curitiba densamente povoadas, provoca poluição sonora, prejudica o crescimento dos bairros que atravessa, causa acidentes, limita o planejamento urbano e estrangula o fluxo de veículos.

2. SITUAÇÃO ATUAL

As cargas transportadas atualmente pe-

las composições que transitam neste trecho (somente carga), são constituídas em 90% de cimento e 10% de calcário, com a seguinte movimentação:

(toneladas)

MOVIMENTAÇÃO	89	90	CAPACIDADE
Carga Exportação	590.000	566.000	2.800.000
Carga Importação	15.000	6.000	2.800.000
TOTAL	605.000	572.000	5.600.000
Nº composições/dia por sentido	1,8	1,6	9,0

Como se pode observar, a quantidade de composições férreas por dia tem declinado, assim como a quantidade de carga transportada. Esta tendência pode ser atribuída ao número limitado de horas (das 7:00 às 23:00) em que os trens podem circular, por motivos urbanos.

A receita que a R.F.F.S.A. auferir com as cargas movimentadas neste trecho e as despesas respectivas podem ser estimadas como abaixo:

I - Tarifa para cimento (tab. M3) em outubro 91:.....US\$ 3,19/t	
Carga total movimentada em 1990.....	572.000 t
Total da receita no trecho.....	US\$ 1.824.680,00
II - Custos fixos e variáveis por tonelada.....US\$ 4,57 t	
Carga total movimentada em 1990.....	572.000 t
Total de custo no trecho.....	US\$ 2.614.040,00

Nota:

- 1) os custos observados para a Rede Ferroviária neste trecho, excluem os custos de capital da via férrea, que consideramos já totalmente amortizados;
- 2) para identificação dos componentes de custo, veja tabela comparativa para a construção de novo trecho, na página 4.

O prejuízo da R.F.F.S.A. operando este trecho da ferrovia atualmente, é de aproximadamente US\$ 789.360,00/ano. Isto significa que, além de prejudicar toda uma área da cidade de Curitiba, a Rede Ferroviária ainda tem prejuízo.

Por outro lado, quando a fábrica de

cimento entrega carga completa em Curitiba, por via rodoviária (Cia. Portland Rio Branco/Votorantim), cobra o equivalente a US\$ 4,22/t pelo frete (novembro/91), que é uma distância equivalente a Rio Branco/Iguaçu.

Pelos dados acima, podemos concluir que, se a Rede Ferroviária Federal cobrasse o frete necessário para cobrir seu custo (US\$ 4,57/t), a fábrica de cimento preferiria transportar sua carga por via rodoviária, por ser a opção de custo mais econômica.

3.0 SOLUÇÕES EXISTENTES

Temos que ajudar a R.F.F.S.A. a diminuir seu prejuízo - que afinal de contas acaba recaindo sobre nós, contribuintes - além do que para a economia como um todo, sendo o prejuízo da R.F.F.S.A. maior, afeta mais negativamente a economia que o aumento de custo que teria a fábrica de cimento se transportasse seu produto por via rodoviária até o terminal de Iguaçu.

Tecnicamente, a presente linha ferroviária Rio Branco-Curitiba, não tem mais condições de operação e está fadada inevitavelmente a ser descontinuada mais cedo ou mais tarde, não havendo nenhuma razão para que não seja descontinuada mais cedo, aliás, pelo contrário as razões são todas pelo seu descontinuação imediato.

3.1 - Solução Via Rodoviária

Deveremos analisar o que ocorreria caso as 560.000 t/ano de cimento, passassem a ser transportadas por via rodoviária, desde a fábrica de cimento até a estação de Iguaçu: os caminhões teriam que se utilizar do Contorno Norte, em trecho já pronto, que liga Rio Branco à estrada de Colombo e daí à BR-116, como fazem os caminhões que transportam calcário de Rio Branco do Sul para o novo terminal central de calcário em Araucária (inclusive estes últimos em distância maior).

Queremos observar que as 1.625.000 t/ano de calcário previstas pelo PROCALPA - Programa de Calcário no Paraná, para o primeiro ano de funcionamento do terminal de calcário de Araucária, criarão um fluxo de caminhões pelo Contorno Norte cerca de três vezes maior que o que seria provocado pelo transporte de cimento, caso o embarque passasse a ser feito por via rodoviária até a estação de Iguaçu.

Por outro lado, se a solução rodoviária do Contorno Norte, adotada pelo Governo Estadual, é boa para o calcário, também é boa para o cimento.

3.2 - Solução via Ferroviária

Existe uma outra alternativa ao transporte rodoviário do cimento originado em Rio Branco, que deve também ser consi-

derada. Esta solução somente seria viável economicamente, se a carga de calcário projetada pelo Governo do Estado do Paraná no PROCALPA, fosse carregada também para a ferrovia.

Nesta hipótese, seria absolutamente necessário construir um novo trecho ferroviário, pois o atual tem rampas muito acentuadas, raios mínimos muito pequenos, entra na zona urbana de Curitiba passando por 33 cruzamentos e não pode ser operado à noite.

Já existe projeto para este novo traçado, interceptando a linha atual no km 33,6 e utilizando mais 3,664 km desta, para acabar na estação de Itaperussu.

A ligação com a rede ferroviária seria feita com a linha Paranaguá - Eng. Bley, em um local 4 km distante da estação de Pinhais, lado de Paranaguá.

O trecho previsto para a construção desta nova linha está paulatinamente sendo ocupada por residências modestas, principalmente entre os km 4 e 6. A cidade de Curitiba não planejou evitar esta ocupação.

Esta alternativa requereria a construção de um terminal para carga de calcário em Tranqueira, com capacidade de carregamento para 2.000 t/h, de forma a permitir o rápido carregamento dos vagões.

Devemos notar que o novo terminal de calcário de Araucária (custo de cerca de US\$ 1,5 milhões) é de caráter temporário, tendo sido uma alternativa de menor custo do Governo do Paraná para a falta de recursos da Rede Ferroviária, para construir o novo trecho (variante) da ferrovia mencionada acima, e ao mesmo tempo permitir a viabilização do PROCALPA.

Para efeito ilustrativo, o terminal de Araucária sendo terminado, terá capacidade nominal para 400 t/h, o que permite o carregamento de uma composição férrea com 55 vagões em cerca de 11 horas.

Estando esse terminal previsto para operar 12 h/dia por 270 dias/ano, significa ainda que somente uma composição poderia partir por dia ou ainda cerca de 891.000 t/ano.

Este terminal poderá ser ampliado de acordo com as necessidades, ou melhor, ter seus equipamentos transferidos para Tranqueira.

Fazendo uma projeção conservadora da carga de calcário de 1.000.000 t/ano (o projeto PROCALPA prevê 1.625.000 t/ano) e somando com a carga atualmente sendo transportada, teríamos as seguintes tabelas comparativas de características técnicas e custo, dando base para uma posterior análise de viabilidade econômica para a construção do novo trecho ferroviário:

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	TRECHO ATUAL RIO BRANCO/ CURITIBA	TRECHO NOVO ITAPERUSSU/ PINHAIS
Extensão Km	43,309	43,0
Inclinação máx. %	2,5	1,5
Raio mínimo (m)	80,0	301,0
Velocidade comerc. km/h	18,0	35,5
Tempo trecho h	2,41	1,21
Compos. loc/vag	3/20	3/55
Qtde. carga (1.000t)	1.572	1.573
Nº Composições	4.764	1.664

CUSTOS DE OPERAÇÃO (US\$ 1.000,00)	
Custo combustível	624 179
Custo maquinista e aux.	97 20
Custo manut- loc + vag	810 302
Custo capital loc + vag	2.188 218
Custo operac. total	3.727 719
Custos manut. da linha	2.069 368
Total custos	5.796 1.087

Este novo trecho de transportar até 15,6 milhões de t/ano, com prazo de execução da obra de 1 ano e de extensão a ser construída de 39,336 Km, teria o seguinte custo de investimento:

CUSTO TOTAL DO NOVO TRECHO ITAPERUSSU/PINHAIS (US\$ MILHÕES)	
Infra-estrutura	16,7
Super-estrutura	7,30

Sistemas	1,00
Desapropriações	2,20
Administração	0,80
Contingências	3,10
Total	31,10

Considerando o custo anual de operação do trecho novo e somando-se o valor anual da amortização dos investimentos, vamos dizer em 10 anos na construção do novo trecho teremos:

Custo anual de operação....US\$1.087.000,00
 Custo anual de amortização US\$3.110.000,00
 Total anual.....US\$4.197.000,00

Este valor ainda é menor que o custo operacional da linha atual nas mesmas condições de operação que o novo trecho projetado que é de US\$ 5.796.000,00.

Dividindo-se ainda o valor anual total da amortização do investimento e custos operacionais do trecho pela quantidade de carga a ser transportada, teremos o seguinte custo:

US\$4.197.000,00 : 1.572.000 t = US\$ 2,67/t

que diante do frete rodoviário sendo cobrado (US\$4,22/t), apresenta uma margem de 58%, o que pode permitir a adição de uma muito boa rentabilidade e o pagamento de juros, digamos de 10% ao ano, que é usual em empréstimos para infra-estrutura tal qual ferrovias.

4. CONCLUSÕES

Como demonstrado com o projeto de calcário, a ligação ferroviária atual Rio Branco-Curitiba não é essencial para a continuidade do tráfego originado na região de Rio Branco, que alternativamente se utiliza do Contorno Norte.

Desta forma, a linha ferroviária atual pode ser paralisada imediatamente com benefícios para a cidade, R.F.F.S.A. e a economia do País.

A nova variante ferroviária passando por Pinhais é economicamente viável, porém é uma iniciativa que interessa aos produtores e consumidores de calcário e de cimento, além da própria R.F.F.S.A., cabendo a estes ser desenvolvida.

REQUERIMENTO Nº 773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o

envio de expediente ao DNER-PR, ao Ilustríssimo Senhor Edy Nakamura, no sentido de que este determine a imediata sinalização com sinalizador "olhos de gato", bem como a pintura das faixas centrais e de acostamento da BR-376, trecho entre São José dos Pinhais-PR e Garuva-SC.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O trecho referido no presente requerimento é conhecido, face aos inúmeros acidentes quase que diários ali ocorridos, como "CORREDOR DA MORTE", sendo extremamente necessário que seja feita a duplicação do mesmo para que o trânsito flua com mais segurança.

Ocorre que face à impossibilidade, por falta de verbas, da efetivação da obra, é imprescindível que sejam realizados as obras, objeto do requerimento, motivados pelo péssimo estado de sinalização atual, que muito tem contribuído para o aumento da triste fama daquele trecho.

Insta salientar ainda, por oportuno que a sinalização, objeto do requerimento, é de baixo custo, sendo desta maneira viável de imediato, e, certamente, proporcionará uma sensível melhora nas condições de trânsito da referida Rodovia.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 147/92
 A Assembléia Legislativa do
 Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso Supletivo à nível de 1º grau, no município de São Carlos do Ivaí.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa preencher uma lacuna existente no sistema de ensino oferecido ao Município de São Carlos do Ivaí, tendo em vista que muitos destes não tiveram condições de cursar o 1º grau seriado. Motivados, normalmente, pela alegação de desde logo se responsabilizarem pela ajuda no sustento familiar, trabalhando de uma maneira geral, na agricultura, o que os impossibilitam de adquirir conhecimentos mínimos para uma convivência melhor dentro da sociedade moderna, alguns inclusive, sem saber ler, nem escrever.

Convém informar, por essencial, que o referido Curso Supletivo deverá funcionar,

quando implantado, nas dependências do Colégio Estadual São Carlos do Ivaí.

Através da implantação do Curso Supletivo no já citado município, certamente haverá uma sensível melhora na qualidade de vida da população, notadamente porque atenderá uma antiga reivindicação daqueles cidadãos.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 148/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Vila Palmeiras", com sede e foro na cidade de Palmeira.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Vila Palmeiras vem prestando serviços de assistência social desinteressadamente à coletividade de Palmeira.

A entidade em tela, preenche, os requisitos exigidos pela lei que regula a declaração de Utilidade Pública, conforme documentação que em anexo encaminhamos.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares com assento nesta colenda Casa de Lei ao presente Plano de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 149/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso Supletivo à nível de 1º Grau no Município de Guaraçã.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.92

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa preencher uma lacuna existente no sistema de ensino oferecido ao Município de Guairacã, tendo em vista que muitos destes não tiveram condições de cursar o 1º grau seriado. Motivados normalmente, pela alegação de desde logo se responsabilizarem pela ajuda no sustento familiar, trabalhando de uma maneira geral, na agricultura, o que os impossibilitam de adquirir conhecimentos mínimos para uma convivência melhor

dentro da sociedade moderna, alguns inclusive, sem saber ler, nem escrever.

Convém informar, por essencial, que o referido Curso Supletivo deverá funcionar, quando implantado, nas dependências do Colégio Estadual Cândido Berthier Fortes.

Através da implantação do Curso Supletivo no já citado município, certamente haverá uma sensível melhora na qualidade de vida da população, notadamente porque atenderá uma antiga reivindicação daqueles cidadãos.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os artigos 2º, 3º, 5º, 7º e 8º, da Lei Complementar nº 58, de 16.07.1991, passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º - Será enquadrável no regime fiscal das microempresas, aquelas cujo valor anual da receita bruta não ultrapasse importância equivalente a noventa e seis mil Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

§ 1º - No primeiro ano de atividade, o limite anual será obtido proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês da constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 2º - Em caso de extinção da UFIR, o valor do limite anual será convertido em unidade monetária, no mês em que se der a extinção e, em sequência, atualizado por índice que reflita adequadamente a perda do poder de compra da moeda.

Art. 3º - Estão excluídos do regime fiscal das microempresas:

I - as empresas constituídas sob forma de sociedades por ações, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

II - as empresas que realizem, habitualmente, importações de produtos estrangeiros, armazenamento e depósito de produtos de terceiros; e

III - as empresas cujo titular ou sócio participe com mais de cinco por cento do capital social de outra.

Art. 5º - As empresas enquadradas no regime fiscal desta lei, ficarão isentas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços.

Parágrafo Único - A isenção de que trata este artigo não excluirá o cumprimento das obrigações acessórias, salvo as dispensadas em regulamento.

Art. 7º - Estende-se a isenção regulada nesta lei às seguintes operações:

I - aquisições de contribuições não

inscrito no cadastro fiscal do Estado; e,
II - aquisição, em operação interestadual, de bens e serviços destinados ao uso e consumo.

Art. 8º - A microempresa ficará sujeita às multas previstas na Lei 8.933, de 26 de janeiro de 1989, de conformidade com o ilícito praticado.

Parágrafo Único - As multas aplicadas terão por limite máximo, valor equivalente a trinta por cento do tributo que seria devido, não fora a isenção.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.92.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto ora apresentado, tem por objetivo equalizar a regra de não-incidência do ICMS nas operações realizadas por microempresas no âmbito Federal e Estadual.

O artigo 143, da Constituição Estadual, bem como o artigo 179 da Constituição Federal, impõe às pessoas político-constitucionais o dever de incentivar as empresas de pequeno porte, quer pela simplificação dos procedimentos, quer pela redução de encargos.

No Estado do Paraná, segundo números de fevereiro/92, fornecidos pela Inspetoria Geral de Arrecadação, há 156.534 empresas inscritas e com cadastros ativos, assim distribuídas:

- Contribuintes normais	82.519
- Microempresas	74.015
- TOTAL	156.534

Dos 82.519 contribuintes normais, tem-se que estes respondem por 100% da arrecadação de ICMS.

As 1000 maiores empresas do Estado, nesse contexto, respondem pelos seguintes percentuais de arrecadação:

- Em 1991	84,91%
- Em fevereiro/92	80,82%

Observe-se, assim, que a arrecadação do ICMS está concentrada em número reduzido de contribuinte, ou seja:

- 82.519 contribuintes responderam por 100% do ICMS; e
- 1.000 contribuintes responderam por 80,82% do ICMS.

Parece lógico e racional, nesse quadro, se ampliar o limite quantitativo das microempresas, sem queda significativa na arrecadação.

As leis econômicas asseguram que, re-

duzida a tributação, reduz-se a pressão inflacionária e se incrementa, num segundo momento, a própria atividade econômica. E, fechando o círculo vicioso, aumenta-se a arrecadação.

A propósito, o Poder Executivo, quando enviou a Mensagem 23/91 - item 07, Projeto de Lei nº 190/91, sobre microempresas, sustentou: "Ademais, possuem elas características próprias e exclusivas e exercem função ímpar, à vista de que absorvem expressivos contingentes de mão-de-obra, possuem alta flexibilidade locacional, desempenhando papel importante na interiorização do desenvolvimento e são capazes de gerar uma classe empresarial dinâmica pela absorção da tecnologia gerencial produzida em seu próprio ambiente".

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passamos de imediato ao Pequeno Expediente, concedendo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Várias entidades do setor de educação, como professores, a União Municipal de Estudantes, o Fórum Paranaense em defesa das escolas públicas e inclusive o Conselho Estadual de Educação, divulgam carta aberta a comunidade em defesa das eleições livres para diretores das escolas estaduais. Todas essas entidades, inclusive o Conselho ligado a Secretaria de Educação, toma posição de público defendendo a eleição de diretores dessas escolas.

E quanto a eleição desses diretores, encontra-se o Senhor Governador, o Senhor Secretário, enfim, o Poder Executivo.

A questão de eleição de diretores de escolas não é única e exclusivamente em função de ter outro cargo ou em função de ocupar um micro poder dentro da escola, ou no caso, que é o diretor.

É muito mais amplo do que isso, a participação da comunidade escolar em eleição de diretores é o exercício da cidadania é o exercício da democracia, e esse exercício para melhoria da educação e para a defesa da escola pública. O Governador Roberto Requião tem se portado autoritariamente, como que se ele sabe tudo, como que se ele entende de tudo, e como que se ele pudesse mandar em tudo dentro do Governo do Estado. Nós temos defendido as eleições de diretores, no sentido de que ali se encontra o melhor método de ensino e aprendizagem de que se tem da democracia. É o melhor método de ensino e aprendizagem entre os alunos, pais e professores na defesa da escola pública e da melhoria da educação. Se nós não tivermos uma escola voltada para as necessidades da maioria da

população, cuja maioria é justamente a classe trabalhadora, se nós não tivermos uma escola discutindo o real, discutindo o cotidiano, discutindo o dia a dia dessas crianças e dessas famílias a nossa escola estará afastada de qualquer questão democrática. A nossa escola estará longe da população, a nossa escola virada com as costas para o trabalhador. A defesa que nós fazemos dessas eleições é justamente porque nós enxergamos muito além do que uma simples eleição. Nós do PT enxergamos que ao eleger um diretor venha ter no debate de toda a escola, do ambiente da escola e do bairro da comunidade onde ela esta localizada. Isso é um exercício pedagógico, isso é um método de aprendizagem aonde através da reflexão se tem a ação e se elege esses diretores, portanto não é única e exclusivamente teimosia.

Nós do PT, nos colocamos ao lado dessas entidades e cobramos da bancada Governista, da bancada que tem se colocado de olhos fechados ao lado do Governo, que assuma posição crítica em relação a essa postura do Governo, que assuma posição contrária ao que o Governador quer nos impor e impor para a comunidade escolar. E o Governador que se diz democrata ao defender as eleições, no momento em que ele chega, age autoritariamente contra a comunidade escolar e a sociedade paranaense!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente. Não há oradores inscritos no Grande Expediente. No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA: - Sr. Presidente, Srs. e Sra. Deputada.

Em 1989, tivemos eleição para Presidência da República. Entre os vários candidatos que se colocavam, um se destacou pela falta de escrúpulos, pela falta de ética e pela falta de um comportamento coerente com a nossa realidade. Justamente este um, que teve este tipo de comportamento, foi eleito Presidente da República! Em dois momentos, naquela campanha, ele mostrou que não tinha escrúpulos, ética ou moral nenhuma. No momento do caso chamado Miriam Cordeiro e na questão da violência em Caxias do Sul, no Rio Grande, quando Magri, que veio ser Ministro com Collor contratam agências de segurança, para uma pancadaria num comício. Logo após aqueles momentos, Jânio de Freitas escreveu na Folha de São Paulo: "Não se conhece caso de político que adotasse métodos indecorosos para chegar ao Poder, e uma vez nele instalado se revelasse escrupuloso, seja como governante ou como homem. O Poder antes agiganta vícios e deformações do que

inocula virtudes." Jânio de Freitas escreveu no dia 14/12/89.

Justamente todos estes vícios que aqui dissemos, hoje estão agigantados na figura do Presidente Fernando Collor, não só bastasse estes vícios hoje acumulou o vício da corrupção. E dizia Fernando Collor e seus assessores e seus puxas, que a corrupção era de alguns Ministros e tenta livrar a figura do próprio Presidente, quando a própria 1ª Dama, Sra. Rosane Collor, está envolvida em corrupção! Cortam uns Ministros e fazem outros, como se estes outros fossem a coisa nova que faz discurso de moralidade, esquecendo que a fome e a miséria que hoje vive o País é reflexo desses Srs. que lá estão, são os mesmos Ministros da ditadura que impuseram a perda econômica à classe trabalhadora e a fome e a miséria! Não são os pais nem os avós destes Ministros, são os próprios que agora, desavergonhados, assessoram Fernando Collor e se dizem novos! Não bastasse este descaramento dos Srs. Ministros, dos que saíram e dos que lá estão, resolve mostrar que a falta de ética, de escrúpulo e de moral não cabe inicialmente na figura do Sr. Presidente, mas de sua família como um todo, do Sr. Leopoldo e do Sr. Pedro Collor. Pedro Collor, numa briga que quase todo mundo sabe que é uma briga pelo dinheiro que sobrou da campanha da Presidência da República. Foi dinheiro extorquido dos empresários que faz Pedro Collor brigar com PC e com Fernando Collor de Mello! É esta briga de gangsters e de quadrilhas que está na Presidência da República que se coloca e abala a questão da instituição da democracia, em nosso País.

Há um pedido de CPI, no Senado, do Congresso Nacional, para apurar as implicações de PC com a família e com o Governo, e não consegue apoio da Bancada do PSDB que sempre esteve no muro, e a do PMDB sobe para o muro e também não assina o pedido dessa CPI, quando era o momento que teria que se efetuar essa CPI.

O Congresso tem que apurar as responsabilidades do PC, seja ele o PC Farias, ou PC Collor, que é o Pedro Collor ou Fernando.

Tem que ser apurado e constado de que o Congresso Nacional pediu o "impeachment" do Presidente da República, porque ele não tem mais moral nenhuma para ficar a frente da Presidência da República.

Essa CPI que vem a mostrar essa realidade não está sendo levada adiante porque o PSDB e o PMDB não têm assinado.

O Governo Collor, que até hoje se comporta como pior dos governantes, pior do que Sarney, e o pior dos últimos anos, pela corrupção, pela falta de ética e pela falta de moral, esse comportamento deles é

comportamento típico de quadrilheiros, de mafiosos e que brigam entre si, como tem se colocado, trazendo as questões da família para dentro da instituição, não para dentro do Governo Federal, abalando toda a situação de estabilidade precária que já vivíamos. O que tem que fazer Fernando Collor nada mais é do que convocar eleições gerais neste País e renunciar o mandato e o cargo que ele ocupa. Ele não tem mais moral para ficar a frente da Presidência da República, ele não tem mais condições nenhuma de ficar a frente porque em mais de um momento já provou que além de tudo isso ainda não tem equilíbrio mental suficiente para gerir a coisa pública e gerir o nosso País. Não resta outra coisa ao Congresso Nacional do que apurar, pedir o "impeachment" e se isso ocorrer, se Collor, pelo menos um minuto tiver vergonha na cara, renunciar, convocar eleições gerais. Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Encerrado o horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 131/92, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua região.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 147/92/GLG/PMDB, subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, justificando a ausência do Senhor Deputado Severino Félix, nas Sessões Plenárias dos dias 25 e 26 do corrente mês, em função de viagem ao interior do Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 419/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de falta na sessão plenária do dia 25 do corrente mês, em virtude de compromissos na Região Noroeste do Paraná.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 610/92, subscrito pelo Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando justificativa de falta nas Sessões Plenárias de 26 a 28 do corrente mês, em função de viagem ao Município de Santa Helena.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 657/92, subscrito pelo Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25 e 26 do cor-

rente mês, em virtude de participação de Convênio entre a Secretaria de Estado dos Transportes e Municípios que representa neste Poder.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, comunicando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 25, 26, 27, 28 e 29 do corrente mês, em função de viagem à Brasília.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 511/91, autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação, a permitir ao professor de Educação Física a utilizar a carga horária, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148, de 11.11.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/91, de autoria do Tribunal de Justiça - Cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 01

AO ARTIGO 4º DO PROJETO DE LEI Nº 379/91

P A R E C E R:

A emenda aditiva de Plenário nº 01, ao art. 4º, do Projeto de Lei nº 379/91, tem por finalidade dispor que os auxiliares de justiça regidos pela CLT, para serem enquadrados no que dispõe o artigo 3º, inciso I da presente lei, deverão atender ao contido no art. 37, II, da Constituição Federal.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Deputados que não levantaram na aprovação e nem na rejeição como votam? Abstenção?

Faremos novamente a votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Quinze Senhores Deputados rejeitam.

Oito Senhores Deputados aprovam.

Rejeitado o Projeto.

A SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Enquanto se decide esse impasse, fazer um convite aos Senhores Deputados que hoje a tarde às 17 horas, a pedido do nosso Presidente Deputado Erondy Silvério, a CCJ estará reunida para uma importante reunião com o Secretário de Estado Tadeu França. Além dos membros da CCJ também é extensivo a todos os Senhores Parlamentares. E na quarta-feira às 10 horas, da mesma forma, além dos componentes da Comissão também os Senhores Deputados estão convidados na Sala das Comissões com o Senhor Secretário da Educação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Projeto foi votado e está rejeitado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere. O Senhor 1º Secretário irá proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada trinta e quatro Senhores Deputados.

Em votação o Projeto de Lei 379/91.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto ressalvada a Emenda queiram levantar-se. Nove Senhores Deputados Aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram

levantar-se.

Consulto o Deputado Paulo Maia e a Deputada Emilia Belinati como votam?

O SR. PAULO MAIA - Eu deixo de votar pela falta de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Regimento Interno infelizmente não permite.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

A Mesa desconsidera a presença do Deputado Paulo Maia e da Deputada Emilia Belinati neste Plenário.

O Projeto está rejeitado.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, só para registrar que pela primeira vez a Bancada Governista vota com o PT.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não está no Plenário.

O SR. PAULO MAIA - Eu acho um absurdo num processo democrático eu não poder me abster de votar por uma coisa que eu deixo de conhecer. Eu acho que não é regime democrático que impõe esse tipo de postura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O único motivo que Vossa Excelência não podia votar é se tivesse um cartório, mas parece que Vossa Excelência não tem cartório.

O SR. PAULO MAIA - Não tenho e nem é minha intenção ter.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então segue-se a sessão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA, estabelece critério para a concessão por parte do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, da autorização de acesso às rodovias estaduais aos estabelecimentos comerciais situados contiguamente à sua faixa de domínio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. (Publ. no D.A. nº 59, de 27.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 199/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 199/91, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia, tem como finalidade estabelecer critério para a concessão, por parte do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER, da autorização de acesso às rodovias estaduais, aos estabelecimentos comerciais

situados contiguamente à sua faixa de domínio.

Quanto à concessão de alvarás, é de exclusiva competência dos municípios, cabendo aos mesmos observar a lei que regulamenta a construção de estabelecimentos comerciais.

É de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, sobre critério de concessão de construção do acesso desses estabelecimentos, às rodovias estaduais.

Em suma, não há custos ou despesas adicionais, uma vez que o poder de polícia será cumprido pela SESP, através da PRE e Delegacias de Polícia do Estado do Paraná.

Da análise proferida, não foi encontrado óbice, tanto de natureza legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tal fato, emitimos o nosso parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 199/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 199/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, estabelece que os estabelecimentos comerciais situados contiguamente à faixa de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná só poderão obter a autorização para construção do acesso às rodovias estaduais se firmarem compromisso de não venderem ou servirem bebidas alcoólicas.

Efetivamente, o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná possui Instrução Normativa que trata das condições e requisitos a serem cumpridos para a construção de acessos, travessias e ocupação da referida faixa de domínio. O estabelecimento de compromisso de não venda e serviço de bebidas alcoólicas seria, tão somente, um acréscimo ao procedimento básico que já existe, não determinando, por sua vez, qualquer custo adicional ao procedimento de vigilância e fiscalização que também já existe na estrutura administrativa do Estado.

Deve ser destacado que legislação idêntica já existe e opera, com sucesso, nas rodovias estaduais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, influenciando, significativamente, na redução do número de mortes por acidentes rodoviários se considerado, justamente, o álcool como fator causador de acidente. As diligências efetuadas junto ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, foram pouco esclarecedoras relativamente às estatísti-

cas de acidentes rodoviários decorrentes do consumo de álcool, mas dados colhidos em outras localidades confirmam os efeitos nefastos do consumo de bebidas alcoólicas no trânsito.

A psicóloga Maria Elisa Krall Fell, em estudo exploratório no Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre, constatou que 56,4% dos motoristas que causaram acidentes estavam na ocasião embriagados.

Efetivamente a segurança no trânsito de nossas rodovias estaduais aumentaria significativamente se fosse erradicado o risco de que motoristas alcoolizados nelas transitem. O álcool na corrente sanguínea é determinante da efetiva fragilização das condições motoras do motorista, afetando em especial a sua condição reflexa de tomar atitudes com a agilidade que a função exige.

Segundo a psicóloga Rosane Cunha, Coordenadora do Centro de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos - SETCERGE, que é o órgão de trânsito do Rio Grande do Sul, a concentração de até 0,2 gramas de álcool no sangue já produz efeito aparente na maioria das pessoas, 0,5 gramas é determinante de reação mais lenta a estímulos sonoros e visuais que comprometem o julgamento de distâncias e velocidade; acima de 0,5 gramas já se constata a efetiva alteração comportamental.

A inexistência de dados mais concretos por parte do DER acerca das estatísticas sobre as causas de acidentes rodoviários, em especial aqueles decorrentes do uso de bebidas alcoólicas, absolutamente não invalida a adoção do preceito legal no Paraná. O Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Paraná indica que, no Brasil, o trânsito faz, anualmente, 50 mil vítimas, sendo a ingestão alcoólica um dos seus maiores fatores. O Paraná não deve se constituir exceção e as experiências de outros entes federados em que a medida já está em uso devem ser consideradas; assim é, por exemplo, em São Paulo, onde foi registrada redução no número de acidentes decorrentes do uso de bebidas alcoólicas. Sobre São Paulo, é importante citar que a adoção da lei mereceu boa acolhida da população e o Poder Judiciário reconheceu o seu mérito: 180 pedidos judiciais foram impetrados solicitando a reabertura dos acessos às rodovias por aqueles estabelecimentos autuados, mas nenhum foi deferido.

Da análise proferida, não foi encontrado óbice à normal tramitação do projeto de lei, ressaltando, sob o prisma da Segurança Pública, o seu aspecto meritório, e por tal fato emitimos nosso parecer favorável.

Sala das Sessões, em 29.04.92.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente

- Em discussão.

O SR. PAULO MAIA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Maia, que se encontra "ausente" para encaminhar a votação.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu creio que não há o que justificar. Eu simplesmente disse à Casa e estou sendo franco com a postura em plenário, porque creio que quem tem conhecimento da questão que está posta em plenário, a exemplo meu e da Deputada Emilia Belinati, tem o direito democrático de dizer que não está votando por desconhecer o teor da matéria, quais são os seus efeitos de aplicabilidade.

Nós queremos apenas passar à Casa, quando se discute o Projeto nº 199, que para a nossa alegria, e eu creio para a alegria do Paraná, ele se encontra hoje na pauta desta sessão após quase um ano; dia 28 agora este projeto vai fazer um ano que deu entrada na Casa.

É o projeto que trata da regulamentação de venda e comercialização de bebidas alcoólicas às margens das rodovias.

Nós tivemos uma pesquisa feita em diferentes oportunidades pelos órgãos competentes, pelos próprios órgãos de imprensa e tivemos, naquela oportunidade, uma discussão unânime em todos os pontos por onde passamos. Desconhecíamos o porquê desse projeto demorar tanto a nível de condições.

Destacamos, nesta oportunidade, o parecer dado ao nosso projeto pela Comissão de Segurança Pública que de fato enaltece os objetivos e os alcances que este projeto trará a nível de sociedade, a nível daqueles que transitam nas estradas do Paraná. Obviamente fomos cobrados em algumas situações sobre o fato de que tal iniciativa de lei devesse alcançar os municípios e também o governo federal, mas como Deputado Estadual não temos competência para legislarmos nas questões municipais, tão menos nas questões federais, por isso a sugestão na época de que passássemos ao conhecimento do Congresso Nacional o teor do referido projeto para que ele se tornasse em âmbito nacional e com certeza há de se tornar, visto que nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul já é uma responsabilidade tal iniciativa.

Tivemos também o parecer da CCJ, dizendo da responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem sobre o critério de construção e concessão de estabelecimentos

nas rodovias estaduais e eu acredito que é por aí e não teríamos competência para legislar a competência do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

Tivemos manifestações dos sindicatos das empresas de transportes de cargas do Estado do Paraná, comunicando o apoio daquele sindicato à nossa iniciativa, dizendo que isto aí obviamente tem um grande alcance social e contribuirá em muito para a redução dos acidentes nas estradas do nosso Estado.

Recebemos também apoio do comando do policiamento da Capital, da Polícia Militar do Estado do Paraná, Batalhão de Polícia de Trânsito, do seu comandante, dizendo "tem o presente a finalidade de acusar o recebimento do ofício de Vossa Excelência e cumprimentá-lo pelo referido projeto de lei, que virá em muito beneficiar para diminuição de acidentes de trânsito."

Tivemos também manifestação no mesmo sentido em fase posterior novamente do Sindicato dos Transportadores de Carga e tivemos também uma manifestação do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, dizendo sobre curso de aplicação da lei que proibia a comercialização e demonstrando que no Estado de São Paulo os efeitos da referida iniciativa representaram em muito a segurança das famílias daqueles Estados, do Estado de São Paulo e da mesma forma o pronunciamento das polícias do Rio Grande do Sul em documento em nossas mãos, dizendo do longo alcance social que o referido projeto trouxe àquelas instituições e nós temos certeza que da mesma forma o Paraná há de se somar a essa iniciativa, até aqui para registrar na Casa, nós queremos ler, para conhecimento do Plenário o que diz uma psicóloga do Estado do Rio Grande do Sul, a respeito de lei de tal iniciativa. Vai ajudar através da aprovação do projeto com a redução de acidentes de trânsito, pois dificultará o acesso das pessoas a esse tipo de droga. Ela ressalta que é preciso ter coragem para colocar uma lei dessas. Rosane diz que depende muito da educação dos motoristas, que precisam saber das suas condições físicas e psicológicas para dirigir. "É preciso sempre usar o lema se bebo não dirijo e se dirijo não bebo", destaca a psicóloga.

Em São Paulo nós temos aqui o pioneirismo de tal iniciativa de lei, proibir a venda de bebidas alcoólicas à beira das rodovias, tudo começou com o cumprimento da lei 4.855 de 27.11.81 e destaca a redução significativa que houve em termos de acidentes de trânsito, também no Estado do Rio Grande do Sul. Por isso nós queremos destacar a nossa preocupação quanto a aprovação do referido projeto de lei, que com certeza terá o acolhimento desta Casa

e que em muito contribuirá para se criar mais um dispositivo que regulamente e que garanta as nossas condições num trânsito que a cada dia traz mais veículos para uma mesma estrada nas condições precárias em que se encontra hoje a nível do Estado do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos apenas registrar o alcance social desta iniciativa, nós tivemos aqui o parecer do próprio DER dizendo a respeito do projeto de lei, não colocando empecilho quanto a aprovação do mesmo, por isso nós esperamos que esta Casa aprove a referida mensagem de lei e futuramente possamos ter no Estado do Paraná mais uma garantia de vida aos nossos motoristas e as suas famílias circulando por este Estado. E quiçá, as iniciativas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, neste instante, se transformem em projeto nacional para que de fato passemos a coibir o álcool e volante que jamais concordam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury): Artigo nº 160 do Regimento Interno, Parágrafo 3º (Lê): "Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado branco).

Ademais ainda devo informar a Vossa Excelência que o assunto está publicado no avulso distribuído a Vossa Excelência, das folhas 2 a 14. E só Vossa Excelência compilar a Ordem do Dia.

O SR. HEINZ HERWIG (Para encaminhar):

- Nós queremos também nesta hora congratular com o Deputado Paulo Maia por esse projeto de lei que temos certeza vai ajudar muito o Paraná a diminuir o seu número de acidentes que é tão grande. Tenho certeza que Deputado nenhum que tenha um pouco de bom senso poderá votar contra um projeto como esse. Se não for bêbado ou se não for um bebedor contumaz, todos nós, temos certeza, vamos ajudar o Deputado Paulo Maia a aprovar esse projeto que vai, com toda a segurança, ajudar a diminuir esse grande número de acidentes em nossas estradas estaduais. O Deputado Paulo já falou: no Rio Grande do Sul, em São Paulo já há projetos de lei neste sentido e houve, naturalmente, uma grande diminuição de acidentes. Eu tenho certeza que o Paraná também vai ter o seu projeto de lei, a sua lei, onde não será permitido a ingestão de bebidas alcoólicas ao longo de nossas rodovias.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, dá nova redação ao artigo 1º, da

Lei nº 9.562, de 30 de janeiro de 1991 (Município de Ramilândia). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 12, de 10.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 044/92.

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dobrandino da Silva, objetiva o presente plano de lei, dar nova redação ao Art. 1º da Lei nº 9562, de 30 de Janeiro de 1991 (Município de Ramelândia).

Encontra-se o processado conforme com as exigências de ordem constitucional e regimental, inexistindo óbices de qualquer natureza à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

E o parecer,

Sala das Comissões, em 19.04.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem):- Sr. Presidente, só registrar a posição contrária da Bancada do PT do Projeto de Lei nº 44/92.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury):- Anotado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/92, de autoria do Deputado PAULO MAIA - o Estado do Paraná penalizará os estabelecimentos comerciais, industriais, empregadores rurais, entidades, representações, associações ou sociedades civis que restringem o direito da mulher ao emprego rural. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 080/92 A REQUERIMENTO APROVADO PELO PLENARIO. (Publ. no D.A. nº 18, de 19.03.92.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI Nºs. 066/92 e 080/92

P A R E C E R:

Autores: Deputado Paulo Maia e

Deputado Florisvaldo Fier

I. Os nobres parlamentares propõem projetos de lei que tratam de matérias similares, e, apensados, deverão ser analisados em conjunto. Um dispõe que o Estado do Paraná penalizará os estabelecimentos comerciais, industriais, empregadores rurais, entidades, representações, associações ou sociedade civis que restringem o direito da mulher ao emprego urbano ou rural e o outro impõe sanções administrativas aos estabelecimentos nos quais sejam praticados atos discriminatórios contra a mulher e de outras providências.

II. Da análise, não restam dúvidas de que os projetos são altamente polêmicos, principalmente no que diz respeito ao aspecto constitucional. Por outro lado, há de se destacar que proposições semelhantes já foram aprovadas pelas Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e pela Câmara Municipal de São Paulo, onde sua regulamentação foi subscrita pelo insigne constitucionalista Dalmo de Abreu Dallari, o que nos leva a acreditar na sua admissibilidade jurídico-constitucional.

III. Há, com certeza, defensores de teses diferenciadas, mas esta Relatora, levando em consideração o que acima foi exposto e, também, o alto sentido social contido nos Projetos, entende que ambas as proposições estão em condições de serem apreciados pelo Douto Plenário. Sugere, ainda, que as presentes propostas sejam encaminhadas ao Congresso Nacional, para que ali tenham a devida regulamentação, em todos os níveis necessários à sua real aplicação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

EMILIA BELINATI

Relatora

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar):- Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Lei ora em discussão, conforme os Pareceres da Douta Casa, e já também realidade em outros Estados, demonstram a preocupação, com certeza, desta Casa, na repercussão do alcance social. Nós sabemos, infelizmente, que a Constituição Nacional garante o direito a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Lamentavelmente nós temos tido conhecimento e também temos sido procurados, isto é uma realidade no Estado do Paraná, não em todas, mas em muitas empresas, a discriminação referente a mulher trabalhadora, e hoje tem que ser uma realidade para a complementação da renda familiar e do sustento das famílias. E em muitos casos está havendo uma discriminação contra a mulher quando se pede a essa mulher o exame de esterilidade, quando se pede o exame freqüente de urina que comprove que esta mulher não está grávida; para poder permanecer no emprego, ou, que ao adentrar à empresa ela também assuma este compromisso. Nós acreditamos que é algo vergonhoso ver isto acontecendo no nosso Estado e ver isto acontecendo no nosso País.

Com certeza é algo mais que vai garantir o direito da mulher no reforço da renda familiar e no convívio social, como trabalhadora que é.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/92, de autoria do Deputado PAULO MAIA, declara de Utilidade Pública a CASA DA ESTUDANTE UNIVERSITARIA DE CURITIBA, com sede no município de Curitiba, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 35, de 13.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 094/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Paulo Maia, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a CASA DA ESTUDANTE UNIVERSITARIA DE CURITIBA, com sede no Município de Curitiba.

Encontra-se a matéria instruída com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei Nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública, inexistindo, assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do Plano de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/92, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Pereira de Almeida. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. - (Publ. no D.A. nº 51 de 05.05.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 108/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado JOÃO IENSEN, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Pereira de Almeida.

Do ponto de vista regimental, o projeto está elaborado em conformidade com o disposto no art. 124, § 1º, do Regimento Interno desta Casa.

Desta forma, opinamos favoravelmente à tramitação do referido projeto.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator.

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Pre-

sidente, quero registrar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/92, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE FEMININA DE ASSISTENCIA AS DEPENDENTES DE DROGAS E/OU ALCOOL, com sede e foro no Município de Jacarezinho, Paraná. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 51 de 05.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 109/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública, A COMUNIDADE FEMININA DE ASSISTENCIA AS DEPENDENTES DE DROGAS E/OU ALCOOL, com sede e foro no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimentos de nºs 770 a 772, autoria do Sr. Deputado Alqaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 763, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 765 e 766, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 773, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legis-

lativa.

A Mesa anuncia a presença de parte da Bancada Federal do Paraná às 16:30 horas e solicita do Srs. Deputados que compareçam a esta reunião aqui no plenário.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tendo em vista a questão de ordem levantada na Sessão anterior, V.Exa. ficou de incluir para a Sessão de terça-feira o Projeto de Lei 327/91, que transforma a COMEC em autarquia. Então, eu consulto V.Exa. da possibilidade deste Projeto ser incluído na Ordem do Dia de amanhã para que possamos deliberar sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será incluído na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, eu requeiro de V.Exa., tendo em vista já terem esgotados todos os prazos regimentais, que faça anunciar na pauta da Sessão de amanhã, o Projeto de Lei 069/92, que trata da extinção da SURHEMA, ITCF e da criação do Instituto Ambiental do Paraná.

O período do regime de urgência já foi esgotado, e então eu solicito de V.Exa. que faça constar da pauta para que oportunamente ele venha a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa infelizmente indefere a Questão de Ordem levantada por V.Exa. porque o projeto ainda se encontra "sub judice" (não sei bem o que é isso), mas está na Comissão de Constituição de Justiça e, tão logo, tenha o comunicado da Comissão de Justiça, a Mesa vai incluir na pauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 199/91, 044, 066, 094, 108 e 109/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/91.

Levanta-se a sessão.